

Florestas públicas na Amazônia: designar para desenvolver e conservar

Cláudia Azevedo-Ramos¹, Ane Alencar², Isabel Castro² e Paulo Moutinho²

O problema

Mais de 300 milhões de hectares (60%) das florestas brasileiras estão sob o domínio público. Desde a criação do Cadastro Nacional de Florestas Públicas, em 2006, gerido pelo Serviço Florestal Brasileiro (SFB), é possível “geointerferir” as florestas públicas federais (35 milhões de hectares) e estaduais (29 milhões de ha) na Amazônia.

A atualização do cadastro realizada em 2015 permitiu identificar, pela primeira vez, 84 milhões* de hectares de florestas públicas na Amazônia não atribuídas a qualquer categoria de florestas públicas (ex., unidades de conservação (UCs), terras indígenas, assentamentos rurais e áreas militares). Estimativas realizadas pelo IPAM e o SFB indicaram que esta

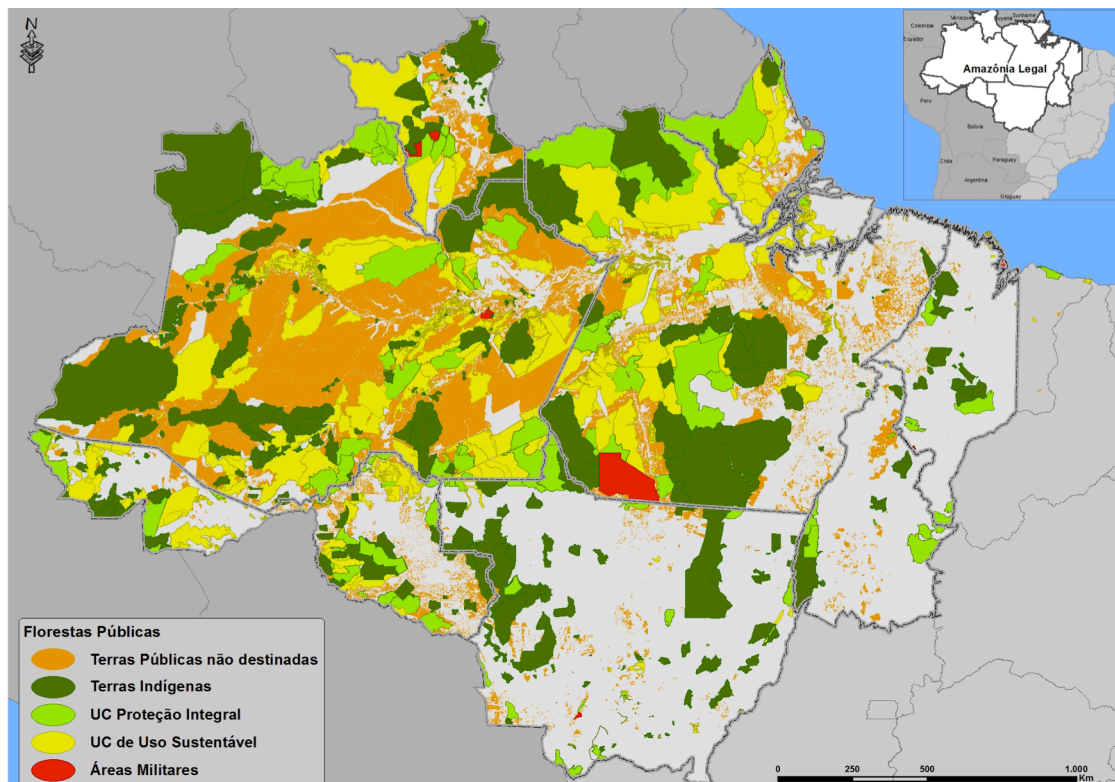
¹ Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, NAEA, Universidade Federal do Pará, Belém, Pará, Brasil

² Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia, IPAM, Brasil

área abriga um estoque de carbono de 10,4 gigatoneladas de carbono, algo equivalente a mais de um ano de emissões globais de carbono.

Essa grande área florestada ainda sem destinação está hoje à mercê do desmatamento ilegal, o que prejudica qualquer esforço de ordenamento territorial, desenvolvimento regional e, consequentemente, redução do desmatamento. **A alocação dessas áreas em alguma categoria de floresta pública é portanto essencial para a conservação da Amazônia e o uso sustentável dos recursos da região.**

Figura 1. Identificação de florestas públicas com e sem destinação na Amazônia brasileira.



* A mais recente atualização do Cadastro Nacional de Florestas Públicas indicou que há atualmente 71,3 milhões de hectares de florestas.

A solução

Como florestas públicas desempenham um papel importante para conservação e desenvolvimento econômico da região amazônica, sua destinação apropriada tem de lidar com diferentes interesses e requer planejamento e ação imediata. A figura número 2 é um exemplo de **como identificar florestas de produção florestal ou UCs entre as florestas ainda não destinadas**. Para chegar a tal mapa aplicou-se diferentes “filtros” à área total de florestas públicas. O primeiro deles excluiu os polígonos florestais pequenos (< 15 mil hectares). O segundo removeu as áreas ao lado de estradas (10 quilômetros de cada lado) e os seguintes filtros retirou áreas próximas de regiões densamente desmatadas e povoadas.

O resultado desta filtragem indicou as áreas onde o estabelecimento de UCs e florestas de produção seria mais apropriado, evitando **demandas antagônicas do uso da terra**. Neste caso são quase 48 milhões de hectares de florestas que, se destinados pa-

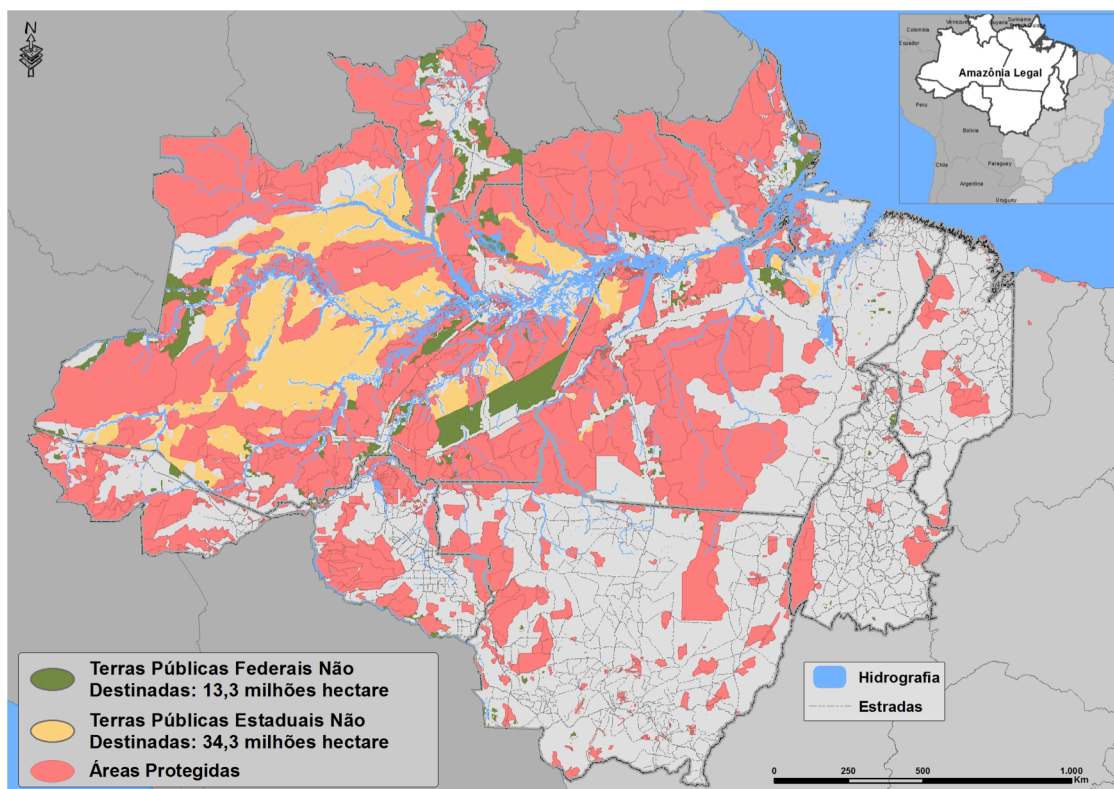
ra conservação, evitariam o desmatamento de 2,7 milhões de ha ou o equivalente de 1 Gt CO₂ de emissões de carbono. Por outro lado, se os 84 milhões de hectares fossem destinados para conservação ou uso sustentável, cerca 6,6 Gt CO₂ de emissões poderiam ser evitadas, número crucial para a meta de desmatamento ilegal zero na Amazônia até 2030, estabelecida pelo governo brasileiro nas recém-apresentadas NDC (Contribuições Nacionalmente Determinadas Pretendidas) nas Nações Unidas.

Contato

Dra. Claudia Azevedo-Ramos, pesquisadora
claudia.azevedoramos@gmail.com



Figura 2. Identificação de florestas não destinadas com potencial de conservação na Amazônia brasileira.



Fonte dos mapas: SFB e IPAM.